



**ASSESSOR JURÍDICO MINISTERIAL**

**I SELEÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE OPÇÕES DE CANDIDATOS  
AO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO MINISTERIAL DO MPRN**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**NOME:**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:**

1. Este caderno contém 17 (dezessete) páginas com 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 0,125 (zero vírgula cento e vinte e cinco) pontos, totalizando valor máximo de 10 (dez) pontos.
2. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
3. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
4. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a **FOLHA DE RESPOSTAS** (gabarito). Verifique se os dados impressos na **FOLHA DE RESPOSTAS** estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Após o recebimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta.
6. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a **FOLHA DE RESPOSTAS**, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 4 (quatro) horas para responder às questões e preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a **FOLHA DE RESPOSTAS** na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, após decorridas 02 horas do seu início.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

## LÍNGUA PORTUGUESA

**01 – Consoante o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, elaborado em 1990 e ratificado pelo Brasil em 2004, observe as afirmações a seguir:**

**I** – Usa-se hífen nas formações em que o primeiro elemento termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s.

**II** – Ao separar palavra composta ou forma verbal seguida de pronome átono, se a partição no final da linha coincidir com o final de um dos elementos ou membros, deve-se, por clareza gráfica, repetir o hífen no início da linha imediata.

**III** – Não se usa hífen, nas formações em que o primeiro elemento termina em vogal, se o segundo elemento começa por vogal diferente.

**IV** – As formas verbais, a exemplo de crêem e preveem, não são mais assinaladas com acento circunflexo.

**V** – O acento agudo do u tônico, nas formas rizotônicas antes de e ou i, não é mais assinalado em: argui (segunda pessoa do singular do presente do indicativo), arguis (terceira pessoa do singular do presente do indicativo e segunda pessoa do singular do imperativo), e arguem (terceira pessoa do plural do presente do indicativo).

**Estão corretos apenas os itens:**

- a) I, III e V.
- b) II, III e V.
- c) I, II e IV.
- d) II, IV e V.

**Com base no texto a seguir, marque a alternativa correta nas questões 2 e 3:**

Uma das bandeiras levantadas pelos manifestantes que tomaram as ruas de diversas capitais do país, durante o mês de junho, pedia o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC-37), **uma vez que** sua aprovação iria **contra** os interesses da população brasileira.

**Inicialmente**, havia grande chance de aprovação do novo texto a ser inserido na Carta Magna, mas lograram êxito as manifestações populares de repúdio à chamada PEC da

Impunidade **para** que essa emenda não fosse aprovada.

A proposta foi, então, rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados, com 430 votos contrários e 9 favoráveis, além de 2 abstenções. **Se** fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civis, retirando essa atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP).

Diante da tramitação da PEC-37 na Câmara dos Deputados, diversas organizações lançaram a campanha "Brasil contra a impunidade", acusando a proposta de beneficiar criminosos.

Léo Rodrigues - Portal EBC | Atualizado em 26.06.2013.

Internet

<<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>>.

Acesso em: 22 mar. 2014. (Com adaptações – alterado)

**02 – Os termos grifados podem ser substituídos, sem que haja incoerência textual, respectivamente, em:**

- a) Consoante; de encontro a; em princípio; a fim de; contanto que.
- b) Porque; de encontro a; a princípio; a fim de; caso.
- c) Porque; ao encontro de; em princípio; a fim de; caso.
- d) Porque; de encontro a; a princípio; afim; contanto que.

**03 – Consoante a afirmação contida neste trecho do primeiro parágrafo: “Uma das bandeiras levantadas pelos manifestantes que tomaram as ruas de diversas capitais do país, durante o mês de junho, pedia o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC-37)”, compreende-se que:**

- a) Outras bandeiras pedindo o arquivamento da PEC 37 foram levantadas pelos manifestantes.
- b) A PEC-37 não obteve êxito.
- c) O aumento da criminalidade assusta os moradores das grandes cidades e provoca o repúdio de muitos cidadãos.
- d) Outras bandeiras foram levantadas pelos manifestantes, que pediam o arquivamento da PEC 37.

Com relação ao texto a seguir, responda as questões 4 e 5.

Climatologistas esperavam que ocorresse seca no Brasil, “**todavia** nossa estrutura não foi preparada para lidar com isso”, afirma o engenheiro ambiental Benedito Braga, professor da USP e presidente do Conselho Mundial da Água. “Temos poucos reservatórios, e é ineficiente a tecnologia brasileira de captação hídrica”, completa. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) aponta soluções para países onde há água de sobra, **mas** o recurso é mal utilizado. Entre elas, o tratamento de água da chuva. Também é preciso acabar com o desperdício. Em Israel, onde desertos tomam 60% do território, a água do mar é dessalinizada, a irrigação é por gotejamento (gotas são aplicadas diretamente na raiz), e sensores avisam quando canos vazam. Resultado: nem 5% da água é desperdiçada. Enquanto isso, no Brasil, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) deixou de investir 815 milhões de reais em melhorias que evitariam a seca e responde a inquérito do Ministério Público que questiona a má gestão de recursos hídricos paulistas.

Jennifer Ann Thomas e Raquel Beer.

Veja, nº 18, p. 83, abr. 2014. Fragmento de: “Agora, é rezar para São Pedro”.

(Texto adaptado/alterado)

**04 – Os elementos coesivos grifados no texto estabelecem, respectivamente, a relação, com o enunciado anterior, de:**

- Alternância, contraste, contraste.
- Causalidade, adição, contraste.
- Contraste, explicação, contraste.
- Contraste, adição, contraste.

**05 – Segundo o texto:**

- A má gestão de recursos hídricos em todo o país é questionada por inquérito do Ministério Público.
- A Sabesp deixou de investir 815 milhões de reais em melhorias que evitariam a seca, motivo pelo qual o IPCC aponta soluções para países onde há água de sobra, mas o recurso é mal utilizado.
- Menos de 5% da água, em Israel, é desperdiçada, isso resulta da dessalinização da água marinha, da irrigação por gotejamento e de sensores que avisam quando canos vazam.
- O Brasil poderia seguir o exemplo de Israel e acabar com o desperdício.

Observe o texto abaixo para responder as questões 6 e 7.

A Rede Justiça Criminal lançou, em São Paulo, uma campanha nacional para denunciar a prática da revista vexatória em mulheres que visitam seus parentes nos presídios do país. A campanha visa à sensibilização do Congresso Nacional para aprovar, urgentemente, o Projeto de Lei 480, de 2013, de autoria da senadora Ana Rita (PT-ES), que pede alteração na Lei de Execução Penal. Pela proposta, as mulheres não precisarão ficar nuas durante a revista, nem poderão ser humilhadas antes de entrar nos presídios.

Segundo a **entidade**, que engloba oito organizações, a revista de mulheres é “um dos procedimentos mais humilhantes nos presídios brasileiros”, por obrigá-**las** a se despir completamente, agachar três vezes sobre um espelho, contrair os músculos e usar as mãos para abrir o ânus e a vagina para funcionários do Estado. “Crianças de colo, idosas e mulheres com dificuldade de locomoção, são **todas** submetidas indiscriminadamente ao mesmo procedimento, muitas vezes sob insultos e ameaças”, diz a entidade.

(Texto adaptado e alterado)

Campanha pede fim de revista vexatória de mulheres em presídios

Editor Nádia Franco

Direitos autorais: Creative Commons - CC BY 3.0

Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/04/campanha-pede-fim-de-revista-vexatoria-de-mulheres-em-presidios>>.

**06 – Caso seja inserida a vírgula após “mulheres”, no trecho: “A Rede Justiça Criminal lançou, em São Paulo, uma campanha nacional para denunciar a prática da revista vexatória em mulheres que visitam seus parentes nos presídios do país”.**

- Mantém-se a correção gramatical do texto.
- Não se altera o sentido do enunciado.
- É mantida a mesma classificação sintática em todas as orações que compõem o período.
- Mantém-se a correção gramatical do texto, bem como a classificação sintática em todas as orações que compõem o período.

**07 – Os termos destacados, no último parágrafo, retomam, respectivamente:**

- a) Rede Justiça Criminal; mulheres; crianças de colo, idosas e mulheres com dificuldade de locomoção.
- b) Rede Justiça Criminal; revista de mulheres; crianças de colo e idosas.
- c) Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo; mulheres; idosas.
- d) Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo; revista de mulheres; crianças.

**08 – A utilização do acento grave indicativo de crase está correta em:**

- a) Prefiro maçã à torta.
- b) Elas desobedeceram à Lei de Execução Penal.
- c) Os grupos de mulheres religiosas assistem às famílias desamparadas pela enchente.
- d) Chegaram à casa hoje.

---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

---

**09 – É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:**

- a) Construir os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) Garantir a dignidade da pessoa humana.
- d) Promover a igualdade entre os Estados.

**10 – Em relação aos direitos e garantias fundamentais é incorreto afirmar:**

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no último caso, o trânsito em julgado.
- b) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- c) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**11 – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:**

- a) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) Repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.
- c) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de noventa dias, nos termos da lei.
- d) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

**12 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

**13 – Quanto ao Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- b) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

- c) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de trinta e três membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- d) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

**14 – Analise os itens abaixo e assinale, respectivamente, a alternativa correta:**

I – Compõem-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

II – Compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

III – Compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

IV – Compõem-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

V – Compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

- a) I – Supremo Tribunal Federal; II – Conselho Nacional do Ministério Público; III – Superior Tribunal de Justiça; IV – Tribunal Superior do Trabalho; e, V – Conselho Nacional de Justiça.
- b) I – Superior Tribunal de Justiça; II – Supremo Tribunal Federal; III – Tribunal Superior do Trabalho; IV – Conselho Nacional do Ministério Público; e, V – Conselho Nacional de Justiça.
- c) I – Conselho Nacional de Justiça; II – Supremo Tribunal Federal; III – Tribunal Superior do Trabalho; IV – Conselho Nacional do Ministério Público; e, V – Superior Tribunal de Justiça.
- d) I – Tribunal Superior do Trabalho; II – Conselho Nacional do Ministério Público; III – Conselho Nacional de Justiça; IV – Supremo Tribunal Federal; e, V – Superior Tribunal de Justiça.

## DIREITO CIVIL

**15 – Em relação às pessoas naturais, no que tange aos direitos da personalidade e da capacidade, assinale a alternativa correta:**

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; entretanto, a lei não põe a salvo os direitos do nascituro.
- b) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são considerados relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- c) Dentre outras possibilidades, cessará, para os menores, a incapacidade: pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- d) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

**16 – Quanto ao Direito de Família, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.
- b) É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.
- c) O registro do casamento religioso não é obrigado a submeter-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.
- d) Será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.

**17 – Quanto ao Direito de Família, assinale a alternativa correta:**

- a) É anulável o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- b) É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.
- c) É nulo o casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- d) É anulável o casamento por incompetência da autoridade celebrante.

**18 – No que se refere ao Direito das Sucessões, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- b) A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.
- c) Havendo herdeiros necessários, o testador não poderá dispor da herança.
- d) Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.

---

### DIREITO PENAL

---

**19 – Tício, pretendendo matar Mélvio, efetua 3 disparos contra a região dorsal da vítima, causando-lhe ferimentos graves em órgãos vitais, capazes de leva-lo à morte. Ocorre que, após a fuga de Tício, Mélvio é levado ao hospital e prontamente atendido. No entanto, a enfermeira, inadvertidamente, acaba por ministrar em Mélvio substância tóxica, não prescrita pelo médico plantonista. Mélvio veio, horas mais tarde, a falecer, em decorrência das consequências nocivas da substância que lhe foi equivocadamente aplicada. Diante desses fatos, Tício responderá por:**

- a) Lesão corporal seguida de morte.
- b) Tentativa de homicídio.
- c) Homicídio culposo.
- d) Homicídio consumado.

**20 – O princípio da insignificância extingue:**

- a) Illicitude.
- b) Tipicidade.
- c) Culpabilidade.
- d) Punibilidade.

**21 – Tício, após ingerir uma garrafa inteira de whisky, volta para casa conduzindo seu automóvel, sendo, alguns minutos mais tarde, parado numa “blitz da Lei Seca”. Tício, de forma veemente e mostrando-se bastante alterado, aos gritos diz aos policiais que não fará o teste de**

**bafômetro. Não obstante, mesmo com tal recusa os policiais dão-lhe voz de prisão e o conduzem até a Delegacia de Polícia, sendo-lhe, contra si, lavrado o auto de prisão em flagrante e instaurado o respectivo inquérito policial, ouvindo-se três dos policiais que estavam presentes no momento da abordagem, que disseram que Tício estava com suas capacidades psicomotoras afetadas pela ingestão de álcool quando foi parado na blitz. Ao receber o referido inquérito policial, levando-se em consideração que todas as formalidades legais e constitucionais foram cumpridas, por qual crime será Tício denunciado?**

- a) Embriaguez ao volante (art. 306 do Código de Trânsito), uma vez que o crime é de perigo abstrato e Tício apresentava sinais de alterações típicas da influência demasiada do álcool e que afetam a sua capacidade psicomotora, o que, mesmo sem a comprovação de quantidade igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar, pode configurar o delito do art. 306 do Código de Trânsito, a partir da análise de outras provas, como o foi a testemunhal.
- b) Fato atípico, pois trata-se de crime de perigo concreto e não há descrito no caso que Tício estaria gerando perigo concreto de dano ao conduzir o seu veículo.
- c) Fato atípico, pois o art. 306 do Código de Trânsito exige a presença de quantidade igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar, de modo que mesmo aparentando sinais claros de embriaguez, prova testemunhal não é suficiente para comprovar o cometimento do crime do art. 306 do Código de Trânsito brasileiro.
- d) Embriaguez ao volante e desacato.

**22 – Sobre o concurso de crimes, considere as assertivas abaixo:**

**I – No concurso formal heterogêneo há uma só conduta com resultados diversos.**

**II – Concurso formal imperfeito é aquele em que o agente, com uma só conduta, pratica dois ou mais crimes dolosos, tendo o desígnio de praticar apenas um deles.**

**III – O concurso formal imperfeito só é possível nos crimes dolosos.**

Quais são as assertivas corretas?

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.

**23 – Tício é preso, e, ao chegar à Delegacia, diz à Mélvio, policial civil que se encontrava no recinto, as seguintes palavras: “eu te conheço e você é um imbecil, um idiota completo!”. Levando-se em consideração que Mélvio não participou da prisão, não lavrou o auto de prisão em flagrante e estava na Delegacia apenas para falar com um amigo, Tício cometeu qual crime?**

- a) Difamação.
- b) Desacato.
- c) Injúria.
- d) Calúnia.

**24 – Tício, funcionário público, afirmando tal condição, a que se seguem ameaças de natureza grave, por se sentir incomodado, consegue fazer com que Mélvio, seu vizinho, demolisse uma construção que havia dentro do próprio lote de Melvio. Diante de tal fato, podemos afirmar que Tício cometeu o crime de:**

- a) Constrangimento Ilegal.
- b) Extorsão.
- c) Concussão.
- d) Exercício arbitrário das próprias razões.

---

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL E COLETIVO

---

**25 – O Ministério Público Estadual ajuíza ação civil pública com o objetivo de obter, ao final, uma ordem judicial que determine a instalação de um filtro por uma empresa, a fim de impedir a continuação de atividade poluidora do meio ambiente por parte desta empresa. Neste caso, foi formulado pedido de:**

- a) Tutela de remoção do ilícito.
- b) Tutela ressarcitória.
- c) Tutela inibitória.
- d) Tutela de remoção do dano.

**26 – Uma sentença prolatada sem que tenha havido a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei, ainda que esta fosse obrigatória, é:**

- a) Relativamente nula e não enseja rescisória.
- b) Absolutamente nula e enseja querela nullitatis insanabilis.
- c) Absolutamente nula e enseja rescisória.
- d) Relativamente nula e enseja querela nullitatis insanabilis.

**27 – Intervindo o Ministério Público como fiscal da lei no processo:**

- a) Somente será intimado da sentença, para fins de interposição de eventual recurso.
- b) Não poderá requerer a produção de provas, se as partes também não houverem requerido.
- c) Não poderá requerer diligências, se as partes delas se desinteressarem, mas poderá requerer a produção de provas.
- d) Terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos.

**28 – A contestação e a reconvenção:**

- a) Se submetem ao mesmo prazo legal e serão oferecidas em peça única.
- b) Serão oferecidas simultaneamente e em peça única.
- c) Se submetem ao mesmo prazo legal e serão oferecidas em peças autônomas.
- d) Serão oferecidas simultaneamente e em peças autônomas.

**29 – No pertinente à ação civil pública, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A sentença, em se tratando de direitos difusos, fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas.
- b) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.
- c) O Ministério Público ou órgão público legitimado poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- d) Na ação civil pública o juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

**30 – A ação civil pública:**

- a) Pressupõe a prévia instauração de inquérito civil.
- b) Pressupõe a prévia instauração de inquérito civil, se ajuizada pelo Ministério Público.
- c) Deverá ser, mesmo após ajuizada, arquivada por decisão homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- d) É uma das ações judiciais em que o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

**31 – Assinale a alternativa incorreta em relação ao compromisso de ajustamento de conduta:**

- a) Tem a eficácia de título executivo extrajudicial.
- b) Somente o Ministério Público pode tomar do interessado o compromisso de ajustamento de conduta.
- c) Exige menção às cominações legais.
- d) Pode ter como objeto obrigação de dar, fazer ou não fazer.

**32 – A decisão judicial de primeiro grau que inadmite a apelação, comporta:**

- a) Agravo de instrumento.
- b) Agravo retido.
- c) Agravo interno.
- d) Embargos infringentes.

---

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**


---

**33 – Sobre os princípios que regem o processo penal brasileiro, assinale a alternativa errada:**

- a) O princípio do contraditório, no processo penal, traz consigo a ideia de que a defesa possui o direito de se manifestar sobre todas as provas ou alegações produzidas pela acusação.
- b) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, conforme prescreve o art. 5º, XXXVIII, da Constituição brasileira, vigora o princípio da ampla defesa.
- c) O princípio do *nemo tenetur se detegere* significa que toda pessoa acusada pela prática de uma infração penal não tem o dever de se auto-incriminar, sendo o direito ao silêncio uma das manifestações desse princípio.
- d) O princípio do devido processo legal tem como corolários o contraditório e a ampla defesa.

**34 – Em relação ao sistema acusatório, assinale a alternativa verdadeira:**

- a) Existe uma concentração das funções processuais na figura do juiz, que pode determinar, de ofício, medidas cautelares, prisões e investigações.
- b) Há nítida separação entre as funções de acusar, julgar e defender.
- c) O réu é visto como objeto do processo, razão pela qual pode refutar as alegações da acusação.
- d) No sistema acusatório se concilia a figura do juiz inquisidor, na fase da instrução preliminar, com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**35 – Tício, processado criminalmente pelo cometimento da infração penal de lesão corporal gravíssima, já foi internado algumas vezes em hospital psiquiátrico. Diante de tal situação, podemos afirmar que:**

- a) Enquanto não for confirmada a insanidade mental do acusado não lhe será nomeado curador.
- b) O Ministério Público poderá requerer que Tício seja submetido à exame médico-legal em razão da existência de dúvida sobre a sua sanidade mental.
- c) O exame de sanidade mental não poderá ser determinado na fase de inquérito policial.
- d) Se os peritos identificarem que a doença mental sobreveio à infração, o processo prosseguirá com a presença de curador.

**36 – Acerca das atribuições do assistente de acusação, assinale a alternativa falsa:**

- a) O assistente de acusação pode produzir provas, participar de debates orais e até mesmo recorrer.
- b) Somente podem ser assistentes de acusação o ofendido, seu representante legal e seus sucessores, sendo-lhes dispensada a capacidade postulatória, uma vez que a parte processual é o próprio *Parquet*.
- c) O Ministério Público, por ser o titular da ação penal pública, pode opor-se à admissibilidade do assistente, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
- d) De acordo com o art. 270 do CPP, o co-réu pode ser admitido no mesmo processo como assistente de acusação.



**37 – Em relação à nova lei sobre organizações criminosas (Lei nº 12.850/13), assinale a alternativa falsa:**

- A colaboração premiada poderá ter como benefícios em favor do colaborador o perdão judicial, a redução da pena privativa de liberdade ou a sua substituição por pena restritiva de direitos.
- Em qualquer fase da persecução penal serão permitidas a colaboração premiada e a ação controlada.
- Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 6 (seis) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- A Lei nº 12.850/13 prevê a possibilidade de infiltração de agentes, cujo pedido de infiltração será sigilosamente distribuído, de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetivada ou identificar o agente que será infiltrado.

**38 – Em relação à investigação criminal por parte do Ministério Público, considere as assertivas abaixo:**

**I –** O procedimento investigatório criminal é instrumento de natureza administrativa e inquisitorial.

**II –** O procedimento investigatório criminal poderá ser instaurado de ofício, por membro do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições criminais, quando tomar conhecimento da infração penal, por qualquer meio, desde que não seja informal, ou mediante provocação.

**III –** Os atos e peças do procedimento investigatório criminal são públicos, salvo disposição legal em contrário ou por razões de interesse público ou conveniência da investigação.

**Quais são as assertivas corretas?**

- I e III.
- II e III.
- I e II.
- I, II e III.

## DIREITO ADMINISTRATIVO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**39 – A pessoa física sem qualquer vínculo com a administração pode se sujeitar à Lei de Improbidade Administrativa?**

- Não. A LIA somente alcança os agentes públicos, ainda que estes exerçam função transitória e sem remuneração.
- Apenas se induzir ou concorrer para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiar direta ou indiretamente.
- Sim, caso a pessoa física seja beneficiário de um ato de improbidade administrativa ou dele se beneficie diretamente.
- Sim, caso a pessoa física induza ou concorra para o ato de improbidade.

**40 – Sobre a fase de prelibação nas ações de improbidade administrativa, é errado dizer:**

- Não se presta ao julgamento antecipado da lide.
- Destina-se a evitar lides temerárias.
- O prazo para a manifestação dos requeridos é de quinze dias.
- Após o recebimento da ação, o réu será citado para contestar.

**41 – As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa são:**

- De natureza criminal.
- Inacumuláveis.
- Da mesma natureza das penas do crime de responsabilidade.
- Passíveis de serem aplicadas isoladamente.

**42 – A participação do Ministério Público na ação de improbidade administrativa atende à seguinte diretriz:**

- É o único legitimado para a sua proposição.
- Não atua como custos legis, em virtude da disponibilidade do objeto da ação.
- Se atuar como fiscal da lei, não poderá recorrer, faculdade apenas do legitimado lesado pela conduta ímproba.
- Se não for o autor da ação, atua obrigatoriamente como fiscal da lei.

**43 – O advérbio *notadamente*, expressamente redigido na parte final dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, significa:**

- a) Que as condutas enumeradas nos incisos dos referidos artigos são taxativas.
- b) Em nome do princípio da tipicidade, não são permitidas imputações que não sejam resultado da conjugação do disposto no *caput* com a conduta descrita nos incisos.
- c) O rol previsto nos incisos é exemplificativo, mas a conduta tem de estar subsumida ao disposto no *caput* dos artigos.
- d) O que importa são as condutas descritas nos incisos, pois o *notadamente* implica na restrição do alcance do *caput* dos artigos 9º, 10 e 11 da LIA.

**44 – A condenação por improbidade administrativa importa em inelegibilidade, nos termos da Lei da Ficha Limpa:**

- a) Quando houver condenação por juízo singular, embora sujeita a recurso.
- b) Quando houver condenação por órgão judicial colegiado, embora sujeita a recurso perante os tribunais superiores, pela prática de ato de improbidade culposo ou doloso.
- c) Quando houver condenação por órgão judicial colegiado, ainda que pendente de recurso, desde que aplicada a sanção de suspensão de direitos políticos pela prática de ato doloso de improbidade que cause lesão ao erário ou importe em enriquecimento ilícito.
- d) Quando houver condenação à suspensão de direitos políticos, por órgão judicial colegiado, ainda que pendente de recursos, pela prática de qualquer modalidade de ato de improbidade administrativa.

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO

---

**45 – Nos crimes contra a ordem tributária, o parcelamento do débito tributário acarreta:**

- a) A extinção da punibilidade.
- b) A suspensão da pretensão punitiva do Estado.
- c) A suspensão da pretensão punitiva do Estado, desde que formalizado antes do recebimento da denúncia.
- d) Não tem qualquer influência no curso da ação penal.

**46 – Em relação aos crimes contra a ordem tributária é correto afirmar que:**

- a) É admissível o concurso de pessoas.
- b) A pena pode ser aumentada até 2/3, se praticado o delito por funcionário público e ocasionar grave dano à coletividade.
- c) É punível apenas a supressão de tributo ou contribuição social.
- d) É admissível a forma culposa.

**47 – Assinale a alternativa correta, em relação aos crimes contra a ordem tributária:**

- a) Deixar de fornecer nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, sempre configura o crime de sonegação fiscal.
- b) Omitir informação das autoridades fazendárias, com o intuito de suprimir ou reduzir contribuição social e qualquer acessório, constitui crime contra a ordem tributária.
- c) A Lei 9.099/95 não é aplicável aos crimes contra a ordem tributária.
- d) Tendo em vista o relevante aspecto antissocial da conduta, não é possível a aplicação do princípio da insignificância como causa supralegal de exclusão da tipicidade.

**48 – Ainda em relação aos crimes contra a ordem tributária, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Deixar de aplicar incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento configura crime desta natureza.
- b) É admissível o concurso material de crimes, mas não o concurso formal.
- c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.
- d) É possível a aplicação do instituto da delação premiada.

---

## DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

---

**49 – Quanto à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, conforme previsão na Lei 8.069/1990, é incorreto dizer que:**

- a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 3 (três) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- b) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é obrigatória a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.
- c) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- d) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

**50 – É incorreto afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar sobre a convivência familiar e comunitária, mais especificamente sobre família natural, dispõe que:**

- a) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- b) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se não deixar descendentes.

- c) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- d) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição.

**51 – É atribuição do Conselho Tutelar, conforme prevê o artigo 136, inciso III, letra “a”, do ECA, requisitar serviços públicos para a execução de suas medidas, exceto na área de:**

- a) Tributação.
- b) Previdência.
- c) Trabalho.
- d) Segurança.

**52 – Constitui atribuição do Conselho Tutelar, verificada a situação de risco de criança e adolescente, aplicar as seguintes medidas protetivas, exceto:**

- a) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- b) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- c) Acolhimento institucional.
- d) Inclusão em programa de acolhimento familiar.

---

## DIREITO AMBIENTAL

---

**53 – O conceito de “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”, refere-se a:**

- a) Área de preservação permanente.
- b) Área de reserva legal.
- c) Área de manejo sustentável.
- d) Unidade de Conservação.

**54 – Assinale a opção incorreta:**

- a) É possível a cumulação da obrigação de recuperar área degradada com a obrigação de indenizar os danos não passíveis de recuperação “in natura”.
- b) A obrigação de recompor a área de preservação permanente tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- c) O licenciamento ambiental é exigido tanto para atividades efetivamente poluidoras como para aquelas que apenas potencialmente o são, sendo a realização de estudo de impacto ambiental uma de suas etapas obrigatórias.
- d) O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais insere-se dentre os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

**55 – Assinale a alternativa correta:**

- a) Licenciamento ambiental é um ato administrativo pelo qual o órgão judiciário competente licencia empreendimentos que possam causar degradação ambiental.
- b) As siglas EIA/RIMA/CONAMA significam: etapa previa de impacto ambiental; resumo de impacto sobre o meio artificial; Comissão Nacional do Meio Ambiente.
- c) A licença prévia, a ser concedida na fase preliminar do planejamento de atividade, deve conter os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo.
- d) O órgão ambiental estadual é competente para promover o licenciamento ambiental apenas das atividades delegadas pelo IBAMA.

**56 – Assinale a alternativa incorreta:**

- a) É considerado meio ambiente, de acordo com a Política Nacional referente ao assunto, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- b) Compete ao IBAMA proceder ao licenciamento ambiental de empreendimento de significativo impacto ambiental que afetará quatro diferentes estados brasileiros.

- c) A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305/2010, ao prever a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, identificou como um de seus objetivos compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis.
- d) Os planos de saneamento básico não precisam necessariamente ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

---

### DIREITO À SAÚDE

---

**57 – É certo afirmar sobre a organização constitucional da Política Pública de Saúde brasileira:**

- a) Está assegurada a liberdade de atuação da iniciativa privada na execução das ações e serviços de saúde, não havendo nenhuma restrição legal, inclusive, para a presença de empresas estrangeiras no setor sanitário.
- b) A universalidade, a integralidade, a igualdade e a Regionalização são princípios constitucionais do SUS.
- c) Os Conselhos e as Conferências de Saúde são exemplos de participação popular direta na política pública de saúde, sendo que a previsão legal dessas duas instâncias decorre diretamente do princípio constitucional da universalidade que ilumina todo o Sistema de Seguridade Social inscrito da Constituição Federal do Brasil.
- d) A União, os Estados e o Distrito Federal são os entes públicos responsáveis solidariamente pela oferta de ações e serviços públicos de saúde em todo território nacional.

**58 – Marque a assertiva correta:**

- a) Assegurar bons índices de saúde para uma dada população é exclusiva responsabilidade das políticas sanitárias.
- b) As Comissões Intergestores Tripartite e Bipartite, previstas no artigo 14-A da Lei Federal 8080/90, são instâncias colegiadas que refletem o federalismo cooperativo brasileiro no âmbito da política pública de saúde.

- c) Não está autorizado pela legislação sanitária do Brasil, sob o pretexto de proteção à coletividade, a edição de ações de saúde pública que restrinjam ou condicionem liberdades e direitos individuais.
- d) A denominada Judicialização da Saúde reflete um conjunto de decisões prolatadas pelos Tribunais Superiores brasileiros em ações judiciais individuais, que obrigam os três gestores do SUS (União, Estados e Municípios) ao fornecimento compulsório de medicamentos.

**59 – Quanto ao fornecimento de medicamentos e insumos pelo SUS, pode-se afirmar:**

- a) A Lei Federal nº 12.401/2011 prever o fornecimento de fármacos de acordo com as necessidades de cada paciente, sendo suficiente para terem acesso ao medicamento dos quais precisa, os usuários apresentarem a prescrição médica na rede de farmácias públicas do SUS.
- b) O STF, através do Agravo Regimental nº 175 em pedido de Suspensão de Segurança, relator Ministro Gilmar Mendes, elencou parâmetros para a solução judicial dos casos concretos que envolvem direito à saúde no âmbito do SUS.
- c) A CONITEC é uma comissão técnica que avalia a inclusão, exclusão e alteração de medicamentos e insumos no SUS, a partir de requerimento individual do interessado, estando vinculada administrativamente as Secretarias Estaduais de Saúde de cada estado da federação.
- d) Os medicamentos quimioterápicos fornecidos pelo SUS são dispensados nas Unidades Básicas de Saúde municipais, desde que nelas existam equipes de saúde denominadas Estratégia Saúde da Família, integradas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

**60 – Considerando as Leis Federais nº 8080/90 e 8142/90, é incorreto afirmar:**

- a) Os dois diplomas normativos, em conjunto, são considerados as Leis Orgânicas da Saúde Pública.

- b) Faz parte integrante do SUS o Sub-sistema de Atenção à Saúde Indígena, que é financiado com recursos exclusivos da União/Ministério da Saúde, cuja organização espacial se dá através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.
- c) Os recursos públicos que financiam as políticas públicas de saúde são vinculados nas três esferas de governo e, obrigatoriamente depositados em contas integrantes dos denominados Fundos de Saúde.
- d) O artigo 3º da Lei Federal nº 8080/90 elenca os fatores determinantes e condicionantes da saúde, os quais integram o SUS e são financiados com os recursos vinculados à política pública de saúde.

---

**DIREITO À EDUCAÇÃO**

---

**61 – Assinale a alternativa incorreta: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:**

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- c) Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
- d) Carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais para os docentes.

**62 – Assinale a alternativa incorreta: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:**

- a) Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- b) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, somente na rede regular de ensino.
- c) Progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- d) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

**63 – Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- b) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- c) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de imposto, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades da educação básica e da educação superior, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

**64 – Assinale a alternativa correta:**

- a) A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
- b) A distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios para a manutenção e desenvolvimento da educação básica é assegurada mediante a criação, no âmbito da União, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil.
- c) A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com a seguinte regra comum: a carga horária mínima anual será de oitocentas e quarenta horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- d) O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de oitenta por cento do total de horas letivas para aprovação.

**DIREITO DO CONSUMIDOR****65 – Dentre as assertivas a seguir, assinale a incorreta:**

- a) Quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos especificados pelo Código de Defesa do Consumidor, será cominada, sempre às expensas do infrator, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, a sanção administrativa de imposição de contrapropaganda.
- b) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) São legitimadas as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, desde que haja autorização assemblear.
- d) Há legitimação concorrente entre o Ministério Público, a União, os Estados e o Distrito Federal para atuar na defesa coletiva dos consumidores.

**66 – É correto afirmar que:**

- a) No caso de fornecimento de produtos in natura, sempre será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato.
- b) O comerciante é responsável, nas relações de consumo, nas mesmas situações em que se responsabiliza o fabricante do produto por ele comercializado.
- c) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- d) Nas relações de consumo, a responsabilidade dos profissionais liberais é apurada sempre pela responsabilidade objetiva.

**67 – Assinale a alternativa correta:**

- a) A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produto durável, obsta o curso do prazo decadencial de 30 (trinta) dias para reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação.
- b) Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90), são direitos básicos do consumidor: A informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação do fornecedor e do produtor da matéria-prima, inclusive do prazo de validade do bem perecível industrializado.
- c) A sentença civil de procedência, nas ações coletivas para a proteção de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- d) As ações coletivas para a proteção de interesses difusos ou coletivos *stricto sensu* não induzem litispendência em relação às ações individuais.

**68 – Analise as assertivas abaixo:**

**I** – Sobre a coisa julgada coletiva consumerista, pode-se afirmar que será ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas se o objeto da ação versar sobre direitos coletivos.

**II** – No tocante à defesa administrativa do consumidor pelo Estado, em nenhum caso a multa aplicada pelo órgão de defesa do consumidor reverterá em favor do consumidor.

**III** – Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, não se admite a condenação do autor em litigância de má-fé.

**IV** – A defesa coletiva será exercida quando se tratar de direitos coletivos, ou seja, aqueles interesses transindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares sejam pessoas indetermináveis de um grupo, ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica ou circunstâncias de fato decorrentes de origem comum.

**Estão errados os itens:**

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I e II.
- d) III e IV.

---

**DIREITO DA PESSOA  
COM DEFICIÊNCIA E DO IDOSO**

---

**69 – Acerca da garantia de prioridade do idoso, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O idoso tem direito a um atendimento preferencial imediato e individualizado junto a órgãos privados prestados de serviços à população.
- b) A regra da priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, não comporta exceções.
- c) Nos serviços de emergência de saúde, a prioridade do idoso fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.
- d) Ao idoso será conferida prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

**70 – Assinale a alternativa correta:**

- a) O Promotor de Justiça pode determinar, extrajudicialmente, o abrigo de idoso em entidade (Instituição de Longa Permanência para Idosos).
- b) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de pelo menos 20% (vinte por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.
- c) Aos maiores de 60 (sessenta) anos, fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos em todo o território nacional.
- d) No sistema de transporte coletivo interestadual, fica garantida a reserva de duas vagas gratuitas por veículos para idosos, independentemente da sua respectiva renda pessoal.

**71 – Assinale a alternativa incorreta:**

- a) As pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais têm direito a descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

- b) O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- c) Aos idosos, a partir de 60 (sessenta) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.
- d) Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, não podendo a vontade de seus familiares, em tal situação, prevalecer sobre a da pessoa idosa.

**72 – Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar e identificar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.
- b) Todos os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro para servir de guia ou orientação para a travessia de pessoas com deficiência visual, independentemente do fluxo de veículos e da periculosidade da via.
- c) Os locais de espetáculo, conferências e aulas deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas.
- d) Imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico podem ser objeto de adaptações para promoção da acessibilidade em suas respectivas instalações.

**73 – Assinale a alternativa correta:**

- a) Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
- b) Desenho universal significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, dispensando-as da utilização de ajudas técnicas.

- c) Discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
- d) Os Estados Partes signatários da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhecem que todas as pessoas são diferentes perante a lei e, como tal, fazem jus a tratamentos diferenciados, observadas as peculiaridades de cada um.

**74 – Assinale a alternativa incorreta:**

- a) O envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social.
- b) A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- c) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial.
- d) O Poder Público deverá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

---

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

---

**75 – São legitimados para instaurar e presidir inquérito civil:**

- a) Os sindicatos, as associações constituídas há mais de um ano, o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- b) A Defensoria Pública e o Ministério Público.
- c) Apenas o Ministério Público.
- d) Apenas a Defensoria Pública.

**76 – Na hipótese de o representante do Ministério Público arquivar o inquérito civil, deverá remeter os autos ao seguinte órgão da Administração Superior:**

- a) Colégio de Procuradores de Justiça.
- b) Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Procurador-Geral de Justiça.
- d) Corregedoria Geral do Ministério Público.



**77 – Caso o órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da revisão da promoção de arquivamento do inquérito civil deixe de homologá-la, por entender necessária a continuidade da investigação ou novas diligências, deverá:**

- a) Designar outro órgão do Ministério Público.
- b) Remeter os autos ao membro do Ministério Público que promoveu o arquivamento.
- c) Remeter os autos ao Centro de Apoio Operacional da área respectiva para que indique o membro do Ministério Público que deve prosseguir na investigação.
- d) Realizar um sorteio entre os membros do Ministério Público com atribuições semelhantes e remeter os autos, com a possibilidade posterior compensação.

**78 – Se, depois de homologado o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação, o órgão do Ministério Público tiver notícia de novas provas, poderá:**

- a) Solicitar autorização ao Procurador-Geral de Justiça para desarquivar o procedimento investigatório.
- b) Comunicar o fato ao seu substituto legal, a fim de que este promova novas diligências.
- c) Requerer ao juízo competente para a ação civil pública o desarquivamento do inquérito civil ou das peças de informação.
- d) Desarquivar o procedimento e promover novas diligências, independentemente de autorização do órgão da Administração Superior que homologou o arquivamento.

**79 – No âmbito do Ministério Público, não pode instaurar o procedimento investigatório criminal:**

- a) A Corregedoria Geral do Ministério Público.
- b) O Promotor de Justiça com atribuição para a persecução dos crimes militares.
- c) O Procurador-Geral de Justiça.
- d) O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado.

**80 – Na instrução do procedimento investigatório criminal o órgão do Ministério Público Estadual que o preside poderá promover as seguintes diligências, exceto:**

- a) Notificar testemunhas e vítimas e requisitar sua condução coercitiva, nos casos de ausência injustificada, ressalvadas as prerrogativas legais.
- b) Requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União.
- c) Requisitar extratos de operações com cartões de crédito corporativos de empresas que mantenham contratos com a Administração Pública.
- d) Requisitar, independentemente de autorização judicial, os dados cadastrais do investigado que informem a qualificação pessoal e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.